

PROGRAMA 12 - FORTALECIMENTO DO BATALHÃO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL

O Batalhão de Policiamento Ambiental (BPamb), unidade especializada já existente na Polícia Militar do Amazonas e subordinada ao Comando de Policiamento Ambiental (CPAmb), será estruturado e fortalecido para ampliar sua presença e capacidade de atuação em todo o território estadual.

Na proteção ambiental, a Polícia Militar pode prevenir condutas lesivas, lavrar autos de infração, aplicar medidas e sanções administrativas nos casos autorizados pela legislação, desenvolver educação ambiental e atuar por delegação ou convênio quando cabível. Toda atuação sancionatória observará competência, tipificação, motivação, contraditório, ampla defesa e direito de recurso.

O IPAAM continuará responsável por suas atribuições próprias, especialmente licenciamento, autorizações e análise técnica dos processos ambientais.

Segurança, ciência e tecnologia

O BPamb reunirá três capacidades. A primeira é operacional: policiamento ambiental, fluvial e rural, patrulhamento de rios, lagos, floresta, áreas de fronteira e apoio a operações especializadas. A segunda é técnica: uma rede técnica de cooperação poderá integrar engenheiros, biólogos, geólogos, agrônomos, veterinários e especialistas de outros órgãos, sem transformar esses profissionais em militares. A terceira é tecnológica: drones, satélites, georreferenciamento, sensores, comunicação por satélite, aeronaves, embarcações e sistemas de inteligência territorial, sempre submetidos à regulamentação aplicável.

O uso de inteligência artificial terá finalidade pública, controle humano, auditabilidade e proteção de dados. Nenhuma sanção será aplicada exclusivamente por decisão algorítmica.

CIAT - Centro de Inteligência Ambiental e Territorial

Será criado o CIAT. O CIAT organizará, dentro dos limites legais dos acordos de compartilhamento necessários, dados ambientais, imagens de satélite, informações geográficas e policiais, denúncias, histórico de queimadas e desmatamento, dados meteorológicos, navegação e informações operacionais. O objetivo é transformar informação dispersa em capacidade real de prevenção e resposta.

Águas, florestas, recursos minerais e cidadã amazônica

A atuação incluirá combate ao garimpo e mineração ilegais, contaminação, pesca predatória, transporte irregular, desmatamento clandestino, queimadas criminosas, invasões e exploração ilícita de recursos naturais. No setor mineral, o Estado combaterá ilícitos sem pretender assumir titularidade ou competência regulatória que pertença à União.

A fiscalização será acompanhada de orientação. Ribeirinhos, pescadores, agricultores, comunidades tradicionais, pequenos produtores, empreendedores e transportadores que buscam regularização não serão tratados da mesma forma que agentes que exploram deliberadamente os recursos por meios ilegais.

Implantação em etapas

A primeira etapa concentrará lei, regulamentação, capacitação, CIAT, rede técnica, mapeamento e equipamentos iniciais. A segunda ampliará bases fluviais, comunicação, embarcações, tecnologia e integração de sistemas. A terceira consolidará a presença territorial e ajustará a expansão aos resultados medidos.

EIXO 16

INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA, HABITAÇÃO E SANEAMENTO

PROGRAMA 27 - AMAZONAS LOGÍSTICA INTEGRADA

No Amazonas, infraestrutura não pode ser pensada apenas como rodovia. O planejamento estadual será multimodal: rios, portos e terminais, embarcações, aeroportos e aeródromos regionais, rodovias, vicinais, pontes e conectividade precisam ser combinados conforme a realidade de cada região.

As prioridades serão definidas considerando população, produção, acesso a saúde e educação, turismo, segurança e vulnerabilidade climática. Obras de competência federal ou municipal serão buscadas por cooperação, convênios e articulação. O Estado não prometerá executar sozinho aquilo que juridicamente pertence a outro ente.

MANAUS COMO NÓ LOGÍSTICO DO AMAZONAS

Manaus terá tratamento específico como principal ponto de conexão entre a produção industrial, a navegação regional, os portos e terminais, o transporte aéreo e os corredores rodoviários metropolitanos. O Estado atuará nas infraestruturas de sua competência e buscará cooperação com União e Município para melhorar acessos, integração modal, circulação de cargas e conexão entre a capital e o interior.

PROGRAMA 28 - MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO

A política habitacional combinará construção de moradias, regularização fundiária urbana, melhoria habitacional, urbanização e reassentamento quando famílias estiverem em áreas de risco. O objetivo é distinguir quem precisa de uma casa nova de quem pode permanecer onde vive se houver segurança jurídica e infraestrutura.

No saneamento, o Estado atuará na governança regional, no planejamento e na estruturação da expansão de água potável, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Soluções urbanas, rurais, ribeirinhas e isoladas não serão tratadas como se fossem iguais. Drenagem, mobilidade e adaptação climática deverão ser pensadas junto com habitação e saneamento, respeitando as competências municipais e o marco legal do setor.

MANAUS: URBANIZAÇÃO, IGARAPÉS E ÁREAS DE RISCO

Na capital, a política estadual priorizará, dentro de suas competências e em cooperação com o Município e a União quando necessário, regularização fundiária, urbanização de áreas vulneráveis, drenagem, saneamento, recuperação de áreas degradadas e reassentamento de famílias expostas a risco quando a permanência segura não for possível. Intervenções em igarapés deverão integrar habitação, saneamento, mobilidade, recuperação ambiental e prevenção de novas ocupações de risco.

EIXO 19

RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E DEFESA CIVIL

PROGRAMA 33 - AMAZONAS RESILIENTE E DEFESA CIVIL PRESENTE

Secas, cheias, incêndios, erosão, ondas de calor e outros eventos extremos já afetam abastecimento, transporte, produção, saúde e vida cotidiana. Por isso, risco climático será incorporado ao planejamento de infraestrutura, educação, saúde, saneamento e logística.

Obras estaduais deverão considerar cenários de risco e critérios de resiliência. Reconstruir repetidamente uma estrutura vulnerável ao mesmo evento é desperdício de dinheiro público e não pode ser tratado como normalidade.

DEFESA CIVIL PRESENTE

A Defesa Civil será fortalecida nas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, articuladas às políticas de adaptação climática. Mapeamento de risco, monitoramento hidrometeorológico, alertas, planos de contingência e logística preventiva de água, alimentos, medicamentos e insumos serão ampliados.

Os municípios receberão apoio para preparação diante de estiagens, cheias e incêndios. Defesa Civil, saúde, segurança, meio ambiente, infraestrutura, produção e assistência social deverão trabalhar com protocolos integrados, priorizando comunidades isoladas e rotas críticas de abastecimento.

CORPO DE BOMBEIROS E DEFESA CIVIL EM TODO O AMAZONAS

A interiorização do Corpo de Bombeiros Militar será organizada como uma rede estadual de resposta a emergências. A expansão de quartéis, grupamentos, pelotões, bases avançadas e estruturas operacionais observará população atendida, distância, isolamento territorial, histórico de ocorrências, riscos ambientais, tempo de resposta, logística e capacidade regional. O objetivo será reduzir progressivamente as áreas dependentes de longos deslocamentos para receber atendimento especializado.

RESPOSTA MULTIRISCO E SALVAMENTO

O Corpo de Bombeiros terá capacidade ampliada para combate a incêndios urbanos e florestais, salvamento aquático, terrestre e em altura, busca e resgate, acidentes com veículos e embarcações, atendimento pré-hospitalar e apoio às populações atingidas por desastres. Equipamentos, viaturas, embarcações, comunicação, proteção individual e formação especializada acompanharão a expansão do efetivo e das unidades.

BOMBEIROS DOS RIOS E DA FLORESTA

A realidade amazônica exige capacidade própria para rios, lagos, comunidades ribeirinhas e grandes distâncias. Bases e meios fluviais poderão ser posicionados em áreas estratégicas, com embarcações adequadas para salvamento, resgate, transporte de equipes e combate a incêndios. Nos períodos críticos de queimadas, secas e estiagens, poderão ser mobilizadas bases temporárias, brigadas especializadas e equipes regionais de pronta resposta.

PREVENÇÃO, BRIGADAS E COMUNIDADES PREPARADAS

O Estado ampliará a formação de brigadistas, servidores municipais, voluntários e agentes comunitários, inclusive em comunidades indígenas, ribeirinhas e isoladas, sob protocolos técnicos. Essa capacidade local servirá como primeira resposta e prevenção, sem substituir a presença profissional do Corpo de Bombeiros.

DEFESA CIVIL E BOMBEIROS: UMA REDE DE PROTEÇÃO

Defesa Civil e Corpo de Bombeiros trabalharão com protocolos conjuntos, comunicação interoperável, mapas de risco, alertas antecipados, exercícios simulados, planos de contingência, logística humanitária e compartilhamento de informações. A Defesa Civil concentrará prevenção, preparação, monitoramento, coordenação e recuperação; o Corpo de Bombeiros reforçará a resposta operacional especializada.

PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E SEGURANÇA

Análise de projetos, vistorias, regularização de edificações, fiscalização de sistemas de segurança contra incêndio e pânico e atuação em eventos de grande público serão modernizadas e progressivamente interiorizadas, com procedimentos mais previsíveis, transparentes e acessíveis.